



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 544/2005** A  
**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**  
**SESSÃO 186ª DE 14/10/2005**  
**PROCESSO Nº 1/00846/2003 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200206142**  
**RECORRENTE: PPA PORTAL FORTALEZA LTDA**  
**RECORRIDO: CÉULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**  
**CONS. RELATORA: HELENA LÚCIA BANDEIRA FARIAS**

**EMENTA: ICMS - OMISSÃO DE SAÍDA  
DETECTADA POR MEIO DO  
LEVANTAMENTO DE ESTOQUE – SLE.** Após  
rejeitada por unanimidade de votos a  
preliminar de nulidade suscitado no recurso  
voluntário, também decide-se por votação  
unânime pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da  
autuação. O contribuinte deixou de emitir  
documento fiscal de saída, contrariando a  
legislação em vigor. Artigos infringidos 169, I e  
174, I, ambos do Decreto 24.569/97, tendo  
como penalidade o Artigo 123, III "b" da Lei  
12.670/96, resguardando-se a nova redação  
dada pela Lei 13.418/03, por ser mais benéfica  
ao contribuinte, originando a **PARCIAL  
PROCEDÊNCIA** da decisão.

**RELATÓRIO:**

A empresa acima nominada é acusada de vender baterias sem documentação fiscal, no montante de R\$ 71.452,83 (setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), irregularidade constatada mediante a elaboração do SLE.

Em 1ª Instância o contribuinte alegou em defesa que as junções dos produtos efetuada pela fiscalização continhas erros, e que o levantamento fiscal é inconsistente e pede a nulidade processual.

Após análise das razões de defesa, o julgador singular encaminhou o processo a célula de perícias e diligências fiscais o qual emitiu laudo pericial dando conta que, após analisar as razões da impugnação apresentadas pelo autuante, verifica-se que não ocorreram modificações na base de cálculo lançada na inicial, em razão dos argumentos apresentados não se referirem aos tipos de baterias demonstradas no quatro totalizador e confirma a base de cálculo da fiscalização.

Inconformada com a decisão singular o autuado ingressou com recurso voluntário, com as seguintes razões:

Preliminarmente pede a nulidade processual alegando inconsistência do levantamento fiscal e transposição equivocada dos autos, impedindo assim, que se exercesse seu direito de defesa.

A Consultoria Tributária após analisar as razões do recurso, sugere a manutenção da decisão singular com a aplicação da penalidade sugerida pelo autuante, porém, com a nova redação dada pela Lei 13.418/03. A douta Procuradoria Geral do Estado adotou referido parecer, sugerindo a PARCIAL PROCEDÊNCIA do feito em virtude da redução do crédito tributário lançado na inicial.

É o Relato.



## **VOTO:**

Relata a exordial que o contribuinte, devidamente qualificado promoveu a saída de baterias, durante o período de janeiro a dezembro de 1999, no montante de R\$ 71.452,83 (setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), irregularidade essa constatada mediante a elaboração do SLE.

O contribuinte ingressa com recurso voluntário argumentando preliminarmente a nulidade processual por inconsistência do levantamento fiscal, impedindo assim, o exercício do seu direito de defesa.

Analisando as argumentações do recurso podemos verificar que o autuante tomou o cuidado de anteriormente a lavratura do auto de infração encaminhar ao contribuinte as junções que se faziam necessárias, com os seus referidos códigos, para análise do contribuinte a fim de que o mesmo efetua-se as observações necessárias, segundo a informação complementar o contribuinte atendeu a solicitação. (fls. 14 a 20).

Mesmo assim, por ocasião da defesa o contribuinte alega ainda que ocorreram diversos equívocos por parte da fiscalização na junção de alguns produtos, diante de tal fato, o julgador singular solicitou uma perícia fiscal para analisar as razões da sua defesa, o novo laudo pericial informa que não ocorreram modificações na base de cálculo, em razão dos argumentos apresentados não se referirem aos tipos de baterias demonstradas no quatro totalizador e confirma a base de cálculo lançada na inicial.

Diante de tal fato a preliminar de nulidade suscitada no recurso voluntário, de cerceamento do direito de defesa por inconsistência do levantamento fiscal, não deve ser acatada, uma vez que, atendidas as razões do contribuinte persiste a infração apontada na inicial de omissão de entrada.

Com relação ao mérito da acusação, não resta dúvida, conforme demonstrativo do SLE, que o contribuinte deixou de emitir documento fiscal de saída, no período fiscalizado, contrariando diretamente a legislação em vigor, especialmente o Art. 169, I e 174, I ambos do Decreto 24.569/97, "in verbis":



*Art. 169. Os estabelecimentos, excetuados os de produtores agropecuários, emitirão nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, anexos VII e VIII:*

*I- sempre que promoverem a saída ou entrada de mercadorias ou bem;*

*Art. 174. A nota fiscal será emitida:*

*I- antes da saída da mercadoria ou bem;*

Comprovado o ilícito apontado na inicial, submete-se o sujeito passivo a sanção prevista no Art. 123, III "b" da Lei 12.670/96, considerando-se o a nova redação dada pela Lei 13.418/03, por ser mais favorável ao autuado, senão vejamos:

*Art. 123. As infrações a legislação do ICMS sujeitam o infrator as seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto quando for o caso:*

*III - relativamente a documentação e a escrituração:*

*b) deixar de emitir documento fiscal: multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação;*

Assim, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, no sentido de modificar a decisão Condenatória exarada em 1ª Instância, para **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da autuação, em razão da redução do crédito tributário lançado na inicial, decorrente da nova redação dada ao artigo acima transcrito, porém, adotando-se o demonstrativo da decisão singular de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

#### **DEMONSTRATIVOS**

ICMS ..... R\$ 12.146,99

MULTA.30%..... R\$ 21.435,85

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **PPA PORTAL FORTALEZA LTDA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, rejeita a preliminar de nulidade suscitada pela recorrente e, também por decisão unânime, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para reformar a decisão **CONDENATÓRIA** prolatada em 1ª Instância, julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a autuação, em razão da redução do crédito tributário lançado na inicial, em conformidade com a Lei 13.418/03, adotando-se porém o demonstrativo da decisão singular, nos termos do voto da Conselheira Relatora e parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 10 de 11 2005.

Alfredo Rogério Gomes de Brito

**PRESIDENTE**

Manoel Marcelo Augusto M. Neto  
**CONSELHEIRO**

Vito Simon de Meraís  
**CONSELHEIRO**

Ana Mª Martins T. Holanda  
**CONSELHEIRA**

Frederico Hozanan P. de Castro  
**CONSELHEIRO**

Fernando Cesar C. Aguiar Ximenes  
**CONSELHEIRO**

Fernanda R. Alves do Nascimento  
**CONSELHEIRA**

Helena Lúcia Bandeira Farias  
**CONSELHEIRA RELATORA**

José Gonçalves Feitosa  
**CONSELHEIRO**

Matheus Viana Neto  
**PROCURADOR DO ESTADO**